



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1926/15	DATA: 01/10/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 12h09min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos.

Invocando a proteção divina e em nome do povo brasileiro, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 13ª reunião ordinária desta Comissão, realizada no dia 24 de setembro.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Peço a dispensa.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Alexandre Baldy e ao Deputado Covatti Filho.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição do resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão. Cópias dessas matérias poderão ser solicitadas à Secretaria da Comissão.

Passa-se à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de inclusão extrapauta. Requerimento nº 5, de 2015, dos Srs. Deputados Betinho Gomes e Miguel Haddad. Requer seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para prestar depoimento.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Quantas assinaturas tem esse requerimento extrapauta?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Doze.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. poderia nos dizer quem o assina?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputados Bebeto, Miguel Haddad, Caio Narcio, João Gualberto, Antonio Carlos Mendes Thame, Augusto Coutinho, Alexandre Baldy, Carlos Melles, Cristiane Brasil, André Fufuca, Delegado Edson Moreira e Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela minha verificação, feita rapidamente, vários dos que assinam são suplentes da Comissão. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, não há problema. Os que são suplentes, neste momento, constam como titulares por conta da bancada.

(Não identificado) - Se eles estiverem presentes...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Exato. Se os titulares estiverem presentes, as assinaturas dos suplentes não valem.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Neste caso, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Então, nós gostaríamos que fosse verificado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Só um pouquinho, Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - ...quem está presente, se completa o bloco. Se completar o bloco, as assinaturas dos suplentes não têm validade. Então, nós gostaríamos que V.Exa. fizesse a verificação.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Faça a verificação de um painel, Sr. Presidente, e V.Exa. vai conferir se os assinantes...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Se a cada requerimento desses nós fizermos um debate público sobre cumprimento regimental, vamos mudar o foco desta CPI.

Eu acho que a ponderação do Deputado Carlos Zarattini procede, mas, neste caso, peça à Mesa para fazer a conferência, e a Secretaria da Mesa responderá se



“sim” ou “não”. Senão, vamos fazer um debate aqui, cada um vai dizer o que é o Regimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas nós queremos ter essa informação.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Aí já começa a querer procrastinar!
(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Aqui há Regimento!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É óbvio que estão querendo atrapalhar o andamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a gentileza de V.Exas., só para que possamos acalmar os ânimos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu estou calmo. Repito: acho que a ponderação do Deputado Carlos Zarattini não é impertinente. Ele está cobrando da Mesa a informação sobre se preenche os requisitos regimentais ou não. Ponto. Senão, nós vamos fazer um debate aqui. E esse debate é absolutamente estéril ao objetivo desta Comissão. O Regimento vale para todo mundo. Não é todo mundo que tem experiência. É só saber se estão sendo cumpridos os preceitos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não tenha dúvida alguma de que eu continuarei a ser um legalista, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos desarmar o pessoal, Sr. Presidente! Vamos desarmar o pessoal! O pessoal está muito armado hoje!

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, é só a Mesa acatar a extrapauta, caso constem as nove assinaturas. E, obviamente, aí não há o que se discutir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos desarmar o pessoal, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos fazendo a conferência. Eu peço, por gentileza, a V.Exas...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Se puser aqui o painel... Ajuda-nos se colocarem o painel.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a abertura do painel, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O painel não está por bloco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora, para atender o Deputado Carlos Zarattini, o painel precisa estar por bloco.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Se for possível... Eu agradeço se for por bloco, porque facilita o trabalho de todos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Exa. gostaria de mais alguma coisa, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos providenciar isso, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Se chegar o café aqui, também agradecemos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor, providencie o...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, vamos desarmar os dois aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, Deputado Edson. *(Pausa prolongada.)*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já começaram a obstrução aqui! A reunião parou por meia hora por causa de assinatura. A reunião estava marcada para 9h30min. Já são 10h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não há número suficiente de assinaturas no requerimento. O Deputado Bebeto assinou e não está presente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem que estar presente. Tem que estar presente. Está faltando uma assinatura aqui. Não dá por causa do Bloco. Não dá por causa do Bloco.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, o suplente não estando presente, pode valer a assinatura do suplente do Bloco.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não há necessidade de estar presente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Não estando o titular, o suplente do Bloco pode ter validada a sua assinatura, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É claro que pode! Isso é óbvio!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, V.Exa. já declarou que está inválido. Portanto, vamos passar ao próximo ponto.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, nós temos suplentes.
(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já está contado o Deputado Bebeto como ausente. E o outro já está contado como presente.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Mas nós temos assinaturas a mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Requerimento nº 5, de 2015, de inclusão extrapauta, de autoria dos Deputados Betinho Gomes e Miguel Haddad, está prejudicado.

Próximo requerimento.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - A assinatura do suplente pode valer, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próximo requerimento de inclusão extrapauta. Requerimento nº 232, de 2015, dos Srs. Deputados Miguel Haddad, Betinho Gomes, Alexandre Baldy, João Gualberto, Caio Narcio, Antonio Carlos Mendes Thame. Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, para prestar depoimento na condição de testemunha.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Decrete logo a falência desta CPI, para acabar logo com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Da mesma forma, nós vamos consultar a Mesa e consultar as assinaturas. Assinaram os Deputados Betinho Gomes, Miguel Haddad, Caio Narcio, João Gualberto, Antonio Carlos Mendes Thame, Augusto Coutinho, Alexandre Baldy...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Coincidentemente, também não terá assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ...Carlos Melles, Cristiane Brasil, Delegado Edson Moreira, Sérgio Vidigal e Arnaldo Jordy.

Nós vamos proceder da mesma forma...



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, questão de ordem.
Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É um absurdo! Mande fechar logo esta CPI!

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos proceder da mesma forma.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É um absurdo! Mande fechar logo esta CPI!

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, questão de ordem, por gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se houver número regimental de assinaturas e esse número seguir o preceito regimental, nós vamos colocar em deliberação. Não havendo o atendimento regimental, como fizemos no requerimento anterior, nós vamos declarar prejudicado o requerimento.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, questão de ordem.
Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Declare a CPI encerrada logo. É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço aos Srs. Deputados que tenham muita calma. Nós estamos agindo com muita calma e com muita cautela.

Questão de ordem, Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, o art. 52 do Regimento Interno, em seu § 5º, diz:

Art. 52.....

§ 5º A Comissão poderá, mediante requerimento de um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária, incluir matéria na Ordem do Dia para apreciação imediata, independentemente do disposto nos parágrafos anteriores (...)."

Um terço dos membros! Não fala se é titular ou suplente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Se é suplente ou não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - É suficiente, Sr. Presidente.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos adotando o mesmo preceito adotado na Comissão de Constituição e Justiça. Nós estamos adotando aqui o mesmo preceito, o mesmo preceito.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O requerimento atende o preceito regimental. Eu não estou aqui para proteger nem para perseguir ninguém. Eu estou aqui para cumprir o Regimento, e estou cumprindo-o neste momento. Assim como rejeitei o do Embaixador Mauro Vieira, eu estou, neste momento, acolhendo que convoquem o ex-Presidente Lula. Eu não estou adotando aqui um peso e uma medida diferenciada.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao primeiro autor, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - S.Exa. abre mão.

Passo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, este requerimento é essencial, porque, ao longo dos últimos meses, nós estamos vendo fartas notícias informando que o ex-Presidente da República praticou tráfico de influência.

Investigações estão sendo feitas e sendo conduzidas pela Polícia Federal. Há também investigações sendo realizadas pelo Ministério Público Federal. E esta semana foram divulgados, inclusive, *e-mails* que citam claramente a participação do ex-Presidente da República no sentido de favorecer algumas empreiteiras em negócios realizados fora do Brasil, em países que receberam financiamentos do BNDES.

Portanto, Presidente, é fundamental que possamos aqui esclarecer este fato, trazendo o ex-Presidente da República para que ele possa prestar esclarecimentos à população.

Nós queremos colocar em votação este requerimento, a fim de dar uma contribuição para que o País possa, de fato, ter as informações necessárias, sem prejulgamento, sem fazer juízo de valor. Digo aqui que esta CPI, durante muito tempo, não conseguiu avançar em algumas investigações porque a base do



Governo tem impedido esse debate. Agora chegou a hora de nós trazermos aqui o ex-Presidente e buscarmos esclarecimentos.

Por isso, eu peço apoio ao Plenário, para que a sociedade tenha direito a essas informações, convocando o ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Betinho Gomes.

Nós vamos conceder a palavra a dois oradores favoráveis e dois oradores contrários à convocação.

Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy, para falar a favor.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator, José Rocha, demais Parlamentares.

Este requerimento convocando o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é muito importante para o andamento da CPI.

Como já foi visto nos veículos de imprensa, nesta semana, foi altamente noticiado o tráfico de influência para a realização de obras no exterior, para a realização de financiamentos por parte do BNDES. Diversas reuniões realizadas foram, obviamente, acompanhadas da visita presidencial, enquanto o ex-Presidente exercia o seu mandato, acompanhado de interesses que nós precisamos desvendar.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito nasceu e está sobrevivendo para investigar as irregularidades do BNDES. E as irregularidades vão desde o financiamento mal concedido às compras de ativos, que são apodrecidos, Sr. Relator, até o tráfico de influência.

O BNDES não é máquina de desenvolvimento de nenhum partido e de nenhuma liderança. O BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e deve ser utilizado para empreender, para fomentar a economia brasileira.

Esse tráfico de influência altamente noticiado pela imprensa deve ser colocado a limpo. Então, há aqui a oportunidade de o ex-Presidente Lula, com o apoio de todos os Parlamentares deste Plenário, vir aqui e se pronunciar, demonstrar o porquê viajava ao exterior, a países como Cuba, em aviões particulares, gastando 600, 700, 800 mil reais, Sr. Relator, para poder buscar interesses nacionais. Qual era o motivo dessas viagens? Por que o ex-Presidente



realizou tantas viagens, mesmo após deixar a Presidência, em aeronaves pagas por empresas, como já foi altamente noticiado, como nós temos aqui notas fiscais comprovando isso? Por que os interesses de umas empresas são privilegiados em detrimento de outras? Por que não há o interesse do País em defender uma comitiva, em defender missões, em defender que todas as empresas tenham a oportunidade de poder exportar bens e serviços, e não só empresas que tenham 60, 70, até 80% dos recursos que são destinados ao BNDES ao exterior?

Então, é primordial, para a existência desta CPI, que nós estejamos dando a oportunidade ao ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva de sentar-se aqui conosco e demonstrar as razões e os motivos por que ele utilizou da sua função como Presidente, e mesmo após, da influência que exerce sobre o Governo da Presidente Dilma, de financiamentos por parte do BNDES, que aqui ora investigamos, utilizado como massa de manobra de Governos em outros países, em obras em outros países.

Então, isso é devido aqui, à nossa CPI. É aqui um pedido que faço a cada Deputado, a cada Deputada que acompanhe este voto para aprovar este requerimento, para que nós possamos ter aqui credibilidade, legitimidade e, fundamentalmente, a continuidade dos trabalhos, com exímio... E, principalmente, que possamos dar a cara à população na rua e sem medo de responder a uma pergunta sobre por que o BNDES é uma caixa-preta, ou do por que o BNDES privilegia certas empresas em detrimento de outras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu lembro... Pela ordem, Deputado Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, nós estamos votando a inclusão na pauta, ou o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos votando o requerimento de inclusão na pauta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Dois falarão a favor...



O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... e dois contrários.

Para falar, contra concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, a apresentação e o debate nesta CPI têm demonstrando claramente que o BNDES tem critérios técnicos nas liberações dos seus empréstimos. E, aliás, é responsabilidade de qualquer chefe de estado que tenha compromisso com seu país fazer com que as suas empresas, fazer com que as empresas desses países ocupem o mercado internacional, tenham missões comerciais.

Portanto, esse requerimento é completamente descabido. É um requerimento que tem a intenção única e exclusivamente de criar, nesta CPI, um espaço de debate político que não tem a ver com essa investigação, porque até agora eu não vi, dos requerentes, a apresentação de um único documento — já que já existe um conjunto de documentos do BNDES aqui —, nenhuma comprovação dessa relação promíscua do Estado brasileiro, sob a chefia do ex-Presidente Lula, com essas empresas, porque o que nós temos são as relações comerciais, que, aliás, todos os chefes de estado fazem, e não seria diferente fazer no Brasil.

Portanto, criminalizar uma política de expansão comercial... Aliás, estão falando aqui em financiamento de obras fora do Brasil. Isso não é verdade! Há um financiamento da exportação de bens e serviços nacionais. Portanto, é um equívoco, é transformar esta CPI apenas num palanque político-eleitoral, e não vir ao encontro do seu interesse, que é a investigação profunda e dar à população brasileira toda a transparência necessária que os instrumentos que a CPI tem podem fazer.

Então, nesse sentido, eu sou contra esse requerimento, porque se observa exatamente que se quer atingir um debate político transformando a CPI não num instrumento investigativo, mas num palanque eleitoral.

Portanto, eu sou contra o requerimento apresentado. Até então, há um conjunto vasto de informações que o BNDES já deixou à disposição desta CPI, e ainda não foi demonstrada nenhuma irregularidade. Portanto, envolver o ex-Presidente Lula é, na verdade, tentar transformar esta CPI num palanque eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Davidson Magalhães.



Passo a palavra ao segundo orador inscrito para falar contra o requerimento de inclusão na pauta, Deputados Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Vou passar a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós temos, desde a instalação desta CPI, buscado manter aqui uma posição de equilíbrio, uma posição de bom senso. Eu até acho, de forma particular, que, no andar das investigações, no andar das provas ou dos indícios que estão sendo coletados, haverá, quem sabe, e eu acredito, um momento em que a presença do Presidente Lula aqui será inevitável.

Mas eu quero ponderar, Sr. Presidente, que o momento não nos traz elementos suficientes para essa convocação. Eu até quero chamar a atenção da Oposição porque a fragilidade dos argumentos e das possíveis provas ou indícios de que aqui falam são de tal fragilidade pueril, Sr. Presidente, que esta CPI — para os que querem e que acham que o Presidente Lula está irremediavelmente enrolado nesta questão —, poderá S.Exa. vir aqui e, pela falta de documentos, de provas, dar um *show* e acabar com a CPI neste dia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quando estou falando, colega, por que não me ouve? Ou, se não me dá o prazer de ouvir, eis a porta ali, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - É. Então, por favor.

Então, eu acho que os argumentos aqui apresentados: primeiro, por que o Presidente Lula foi ao país A, ao país B? Qual é o Presidente que não faz isso? Nós vimos, recentemente, o Presidente Sarkozy, da França, vir ao Brasil, e, de forma até acintosa, de forma pública, quase que exigir do Governo brasileiro a compra dos caças da França. E ninguém falou em tráfico de influência. Ninguém falou em ato espúrio. Quanto ao Governo americano, o que é o Presidente-Embaixador Obama se não um caixeiro-viajante das empresas americanas?

Agora, nós trazemos o Presidente, o ex-Presidente Lula neste momento, eu acho que não estaríamos agindo de bom senso. Fala-se que o BNDES financiou e



financia muitas obras lá fora. Eu quero chamar a atenção aqui: o Governo do PSDB chegou a financiar 18% de todo o volume de financiamento do BNDES lá fora. Dezoito por cento, Relator José Rocha! O Governo atual nunca ultrapassou 2%.

Então, a riqueza do ser humano é esta: nós somos o único vivente que mudamos de comportamento na mesma velocidade que mudamos de lado de balcão, Deputado Zarattini. Quando mudamos de lado do balcão, nós mudamos radicalmente a nossa argumentação. Depois, fala-se que o BNDES privilegia esta ou aquela empresa. O BNDES financia projetos, o BNDES não financia Governos. O BNDES financia, neste País, quase 900 empresas, dentre as mil maiores empresas brasileiras. Ora, se Odebrecht, Camargo Corrêa e outras são as principais financiadas é porque são empresas que têm *know-how*, são empresas que têm um perfil de grandes obras. Não poderíamos aqui exigir que a firminha lá da esquina estivesse a executar uma ferrovia, uma hidrelétrica, nem lá fora, e muito menos aqui dentro.

Então, a nossa posição, neste momento, será contrária ao requerimento em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Edio.

Em votação o requerimento de inclusão extrapauta. Requerimento nº 232, de 2015, de autoria dos Srs. Miguel Haddad, Betinho Gomes, Alexandre Baldy, João Gualberto, Caio Narcio, Antonio Carlos Mendes Thame. Requer seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito pedido ora formulado de convocação do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Peço a abertura do painel para a votação nominal

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu só gostaria de uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Foi feita menção ao PSDB pelo nobre colega, Deputado Edio. Quero dizer que não é, em momento algum, comentado que o BNDES financia governos no exterior, apesar de também financiar. Mas aqui nós discutimos o financiamento de bens e serviços — e eu expressei de modo muito claro — ao exterior. E onde? Nos próprios documentos enviados pelo BNDES. Em torno de 69% foi privilegiada uma empresa. O Sr. ex-



Presidente da França vem ao Brasil, toma um voo comercial, juntamente com a sua esposa, e visita o Brasil para fazer o que ele bem entender. Ele não vem pago pela empresa e, principalmente, em aviões particulares com custos de 500, 600, 700 mil, até 1 milhão de reais, e o ex-Presidente exige vinhos franceses e regalias, ademais, pagas por empresas privadas que têm interesse em conquistar essa obra, porque o BNDES vai financiar, aqui no Brasil, de fato, os bens e serviços que serão exportados — os empregos não são exportados. Aqui, o recurso que foi para fora deixa de vir aqui para o Brasil.

Então, quer dizer, o ex-Presidente faz *lobby* para beneficiar empresas no exterior — de forma que ele deixa de aplicar recursos aqui no Brasil, para financiar empresas brasileiras, empresas que possam aqui gerar emprego, gerar renda — e utilizar o BNDES como um banco de desenvolvimento econômico e social para privilegiar pouquíssimas empresas, caros colegas, no exterior, financiando, aqui no Brasil, bens e serviços. Mas o dinheiro do brasileiro, o que é imposto pago pelo povo, é imposto pago pela população brasileira...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...vai beneficiar países como Cuba...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ...como Angola, Argentina e países na África.

Então, essa é a nossa indignação. E se o nobre colega não vê problema, por que o Ex-Presidente não pode vir aqui explicar por que visita países com dinheiro de empresas, em aviões pagos por empresas, para negociar obras. Isso é de interesse do Brasil porque é dinheiro do brasileiro que vai para o exterior.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Baldy.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pelo ordem, Deputado Caio Narcio tem a palavra. Na sequência, Deputado João Gualberto.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu quero dizer: estamos, hoje, num momento crucial desta CPI. Sob a condição de podermos avançar, demonstrar claramente que o partido e toda esta Comissão estão querendo investigar os fatos, ou, praticamente, podemos dizer que ela não tem necessidade de existir. Quando se coloca aqui a necessidade de fazer um requerimento extrapauta, como foi aqui no caso do ex-Presidente Lula, é porque ele tem que explicar, sim. Ele tem que explicar, sim, o que ele foi fazer com a Odebrecht lá fora; ele tem que explicar por que, depois da visita dele, a obra foi financiada pelo BNDES. Ele tem que explicar por que, depois que o Dr. Marcelo Odebrecht foi preso, ele ligou para o cidadão para perguntar como foi a oitiva dentro da polícia. Ele tem que vir aqui para se explicar! E para provar que é inocente, ele vem aqui, esclarece os fatos e dirime todas as dúvidas sobre ele! A tentativa de não trazê-lo é uma demonstração do medo de se esclarecer os fatos!

Portanto, até para dar oportunidade ao Presidente Lula de dirimir todas as dúvidas que pairam sobre ele; é uma grande oportunidade para ele poder fazer a sua defesa, explicar por que usou o telefone para perguntar como foi a oitiva depois que o Dr. Marcelo Odebrecht foi preso; explicar por que ele está preocupado com a prisão do Dr. Marcelo Odebrecht; explicar por que o contrato aconteceu logo depois da viagem dele com a Odebrecht.

Agora, vêm comparar o caso do Sarkozy vindo promover as empresas francesas aqui no Brasil. É muito diferente o que está acontecendo hoje no Brasil, porque o Presidente do Brasil vai promover as empresas brasileiras e, logo após, os contratos com dinheiro público estão garantidos para isso. Isso é o que nós queremos que ele explique aqui.

Portanto, se todos aqui querem a verdade, nada melhor do que chamar ele para esclarecer os fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Na sequência, têm a palavra os Deputados João Gualberto, Betinho Gomes e Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, na verdade, o que está acontecendo aqui hoje diz respeito ao fato de que os Deputados que votarem a



favor do requerimento de convocação do ex-Presidente Lula estarão dando oportunidade a ele de vir aqui esclarecer os fatos.

Todo o Brasil, a grande maioria da população brasileira, entende que o ex-Presidente Lula, junto com Zé Dirceu, foi quem montou os maiores esquema de corrupção do Brasil: o petrolão e o mensalão. Todo mundo sabe disso!

Eu acho que chegou o momento de ele ser ouvido aqui numa CPI. Aliás, o Procurador-Geral da República aceitou que ele fosse ouvido! A Polícia Federal também já pediu para o ex-Presidente Lula ser ouvido! Por que nós Deputados não podemos fazer isso?

Eu acho que esse requerimento é de muita importância para o Brasil, muita importância para esta CPI. Espero que os Deputados aprovelem esse requerimento, para, só assim, o ex-Presidente Lula vir aqui prestar esclarecimentos, de modo que, quem sabe, como falou o Deputado aqui do PMDB, ele consiga derrubar a CPI, acabar com a CPI. Eu não entendi como o ex-Presidente Lula vai acabar com esta CPI.

Peço a todos que votem “sim”, para que o ex-Presidente Lula seja ouvido aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. respondesse à questão de ordem que eu fiz durante o requerimento do Ministro Mauro Vieira. Eu citei claramente o art. 52, § 5º, do Regimento Interno, que fala de um terço dos membros da Comissão. Ele não faz a distinção entre titular e suplente.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse nos responder sobre isso, para que possamos ter clareza sobre esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou acolher a questão de ordem de V.Exa., sem problema algum, mas vou seguir a orientação da Secretaria da Mesa, pela experiência que tem inclusive. Nós estamos adotando aqui o princípio legalista da Comissão de Constituição e Justiça. Mas eu vou acolher a questão de ordem de V.Exa. e vou responder com a profundidade que V.Exa. merece, na sequência.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, apenas para finalizar, eu acho que nós já chegamos a um quórum de votação e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou só conceder a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, e nós vamos finalizar a votação. O Deputado Augusto Coutinho não votou ainda.

Tem a palavra o Deputado Davidson.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quem já falou deve ter a consciência de respeitar quem quer falar também.

Tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - A primeira questão diz respeito a algumas colocações que estão virando hoje no Brasil uma moda: a presunção da inocência. Todo mundo já é culpado até que prove o contrário. A pessoa tem que vir para provar que é inocente, em vez de se provar primeiro que a pessoa cometeu algum tipo de delito e, portanto, tem que pagar.

A segunda questão é que, em qualquer concorrência internacional, de obras internacionais — ao que me parece, é por falta de conhecimento que se está falando isto... Fala-se primeiro de financiamento de obras fora do Brasil. Mais uma vez, isso não corresponde à verdade. Trata-se de financiamento de bens e serviços nacionais.

Em terceiro lugar, é claro que, depois que existe uma concorrência internacional, um dos elementos dela é o nível de financiamento que se tem dos bancos internacionais! Portanto, há um financiamento que é feito pelos bancos, tanto brasileiros quanto chineses, quando a China disputa concorrência internacional, e americanos.

Não querer que, nas concorrências internacionais, o BNDES entre na disputa para ajudar as empresas brasileiras de bens serviços é um desserviço à Nação brasileira, é um desserviço à indústria nacional, e isso nós não podemos exatamente admitir.



Portanto, este é um debate que também vai esclarecendo todo esse posicionamento de certos setores da Oposição, que buscam, no ataque ao BNDES, atacar a política de expansão comercial do Brasil.

Basta ver qual é o papel e o percentual que nós tínhamos no mercado internacional antes do Governo Lula e depois dele; qual foi a expansão comercial que o Brasil teve para outros mercados, algo que, inclusive, ele não tinha antes! E o BNDES chegou a um papel importante, fundamental, no financiamento dos bens e serviços que eram vendidos nacionalmente a essas empresas e a esses países.

Portanto, é inócuo esse convite, que é mais uma tentativa de transformar esta Comissão na CPI do fim do mundo, na CPI do palanque eleitoral, sem a devida investigação. Até agora, não me apresentaram nenhum documento em relação a essa pilha de documentos que o BNDES apresentou aqui. Não vi nenhuma constatação clara, dentro desses documentos, de nenhuma irregularidade.

Por isso, é inócua essa convocação. É uma convocação política, com o objetivo apenas de tentar desgastar a imagem e transformar isto aqui num palanque eleitoral!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Depois de o Deputado Mauro Pereira e o Deputado Miguel Haddad se pronunciarem, nós vamos encerrar a votação.

Deputado Mauro Pereira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, colegas Deputados e Deputadas, eu gostaria de dizer o seguinte: esta CPI tem um caráter, sim, de colocar e descobrir os problemas que existiram, que existem ou que não existiram no BNDES, e ela vem cumprindo essa missão.

Nós já recebemos aqui nesta Casa quatro diretores do BNDES, que fizeram as explanações sobre como funcionam as linhas de financiamento. Ao mesmo tempo, foram sabatinados pelos colegas Deputados, sanando as dúvidas quanto a critérios adotados para liberação de financiamento, tanto no exterior como no Brasil, para as nossas empresas e as nossas indústrias.

Agora, nós estamos vivendo um momento de muita apreensão no nosso País, sofrendo com os problemas do mercado financeiro e a questão do emprego. É lógico



que nós desta CPI temos, sim, responsabilidade com o nosso País. E nós temos, sim, que respeitar as instituições.

Pelo que eu ouvi aqui de todos os meus colegas Deputados que falaram até agora, pelo jeito, se o Presidente Lula chegar aqui, ao invés de ele passar a informação do que ele fez ao longo desses anos, vai ser o pessoal que vai passar essa informação, porque todo mundo já sabe de tudo que ele já fez. E a imprensa também já sabe o que ele fez. O Ministério Público e a Polícia Federal vêm fazendo um trabalho em cima disso, assim como o Supremo Tribunal Federal.

Então, na minha opinião, nós devemos agir, sim, com firmeza, mas, neste exato momento, eu votei contra o requerimento, até porque nós precisamos ouvir mais as nossas instituições, como o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, que, em cima das informações que os colegas passaram, já vêm trabalhando nesse assunto.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Hoje, a minha preocupação é com o momento econômico do nosso País. O Brasil está vivendo um momento difícil, e nós precisamos e devemos levar tranquilidade para o mercado, de forma que sejam mantidos os empregos, impedindo a continuação dessa situação de desemprego que está acontecendo no nosso País.

Essa é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Mauro.

O último orador inscrito é o Deputado Miguel Haddad, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, em primeiro lugar, a aprovação do requerimento não significa a oitiva imediata — quero ir ao encontro do que o Deputado Edio falou alguns instantes atrás —, a convocação imediata do ex-Presidente Lula. Eu também compreendo, Deputado, que, em certo momento, não há como blindarmos este ou aquele. Todos deverão ser ouvidos.



Há indícios. É indiscutível que há indícios. Se não houvesse indícios, nós não teríamos instaurado esta CPI. Ela foi instaurada até para dar oportunidade ao BNDES, que é uma instituição respeitável, tem uma história e muito ajuda no desenvolvimento do País, de se manifestar, e para que as pessoas indiciadas, as pessoas sob suspeição, tenham a oportunidade de vir e falar, trazer a sua versão, os seus fatos. A blindagem amplia essa suspeição.

É esse o motivo do encaminhamento deste requerimento, que talvez não seja a melhor oportunidade de ouvir o ex-Presidente Lula. Mas é indiscutível que todas as empresas que obtiveram financiamentos, que todas as empresas que, inclusive, financiaram campanhas políticas e que tiveram em certo momento os seus requerimentos não aprovados, deverão ser ouvidas, da mesma forma que os políticos envolvidos.

É por isso o encaminhamento do requerimento, que eu entendo de bom alvitre aprovar. Acho que é saudável, dá legitimidade à Comissão, à CPI, demonstra que a CPI não blinda este ou aquele, mas tem um compromisso com a verdade, com a apuração dos fatos; busca exatamente dar uma satisfação a todos os brasileiros. Esse é o objetivo da CPI. Essa blindagem só dificulta cada vez mais a apuração dos fatos, que é o que todos aqui desejamos.

É por isso que eu queria encaminhar de forma favorável, Sr. Presidente, à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Respondendo à questão de ordem do Deputado Betinho e esclarecendo o assunto também ao Plenário, nós decidimos aqui adotar o princípio legalista da Comissão de Constituição e Justiça. Eu vou fundamentar por escrito esse posicionamento para V.Exa. e já estabelecê-lo como regra e como parâmetro.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, nós não concordamos com isso. O Regimento Interno é claro: esse é o procedimento interno da Comissão de Constituição e Justiça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Esse é o posicionamento de V.Exa., que eu vou respeitar.

Mas nós vamos adotar o mesmo princípio que adotamos, inclusive, quando tivemos a nossa primeira reunião, ocasião em que eu estabeleci, com a anuência e



a concordância de V.Exas., que nós só iríamos deliberar requerimentos com o autor presente à reunião.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, nós não estamos fugindo do nosso princípio, Deputado Betinho, de contar com a participação dos autores dos requerimentos, bem como dos autores...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, a questão não é da presença, é do suplente. É do suplente, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Espere só 1 minuto, Deputado Betinho. Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou proclamar o resultado. Peço à assessoria que proclame o resultado.

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quando V.Exa. cita que foi adotado um procedimento nesta CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi rejeitado o requerimento.

Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Hoje o Brasil se envergonha de um resultado como esse, Sr. Presidente. Está-se tirando a credibilidade de uma CPI como esta!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Hoje o Brasil verificou que esta é uma investigação sem contaminação eleitoral.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente!

(Não identificado) - Exatamente! É por isso que V.Exa. deveria sentar aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a V.Exas. brevidade, porque nós temos vários requerimentos extrapauta e temos uma pauta a



ser seguida. Se nós ficarmos discutindo aquilo que já foi deliberado, vai ser difícil avançarmos nos trabalhos da CPI!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quando V.Exa. fala que adotou um procedimento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso é matéria vencida, Deputado Caio Narcio.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, não! Espere aí. Estamos tratando da minha questão de ordem. V.Exa. me respeite! Respeite-me! Respeite a minha palavra, porque se trata de uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso já é matéria vencida. Eu já deliberei a respeito dessa questão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Exa. nem ouviu o que eu falei...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu já deliberei a respeito dessa questão.

Vamos ao próximo requerimento de inclusão extrapauta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

Requerimento nº 214, de 2015, de autoria do Deputado Caio Narcio e Betinho Gomes. Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação ao Sr. Vagner Freitas de Moraes, membro do Conselho de Administração do BNDES, para, na condição de testemunha, prestar depoimento.

Consta no requerimento nove assinaturas, e ele foi deferido pela Mesa.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quando V.Exa. adotar esse tom de voz, ouvirá esse mesmo tom do seu Presidente.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Exa. está na condução neste momento e não escuta a minha questão de ordem para deferi-la ou não. V.Exa. não escutou o teor da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. começou a falar de uma matéria que já foi deliberada, uma matéria vencida.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Agora V.Exa. continua me interrompendo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está com a palavra para encaminhar o requerimento!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A palavra me é garantida por 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - E que sejam assegurados os 3 minutos do Deputado Caio Narcio!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Que eu saiba, dentro do meu tempo, eu tenho a possibilidade de fazer qualquer tipo de argumentação.

Sr. Presidente, quero fazer uma solicitação a V.Exa. no sentido de que não passe o trator por cima desta Comissão. Estou tentando fazer uma questão de ordem dizendo que V.Exa. adotou um procedimento, na instalação desta Comissão, sobre o qual deliberou a maioria! Desta vez, quando quis adotar o procedimento da CCJ, V.Exa. não fez a consulta à maioria.

Essa é a minha questão de ordem. Passado esse momento, depois de eu ter terminado de fazer a minha questão de ordem, cabe a V.Exa. deferi-la ou não. Essa é uma prerrogativa dada a V.Exa. Então, peço que agora, feita a minha questão de ordem de fato, V.Exa. a defira ou não.

Quero dizer que V.Exa. tem feito a condução correta. Neste caso, na minha opinião, V.Exa. não adotou o mesmo procedimento, e seria saudável que V.Exa. o fizesse.

Com relação ao meu requerimento de convocação do Sr. Vagner Freitas, o Brasil inteiro ficou atônito no dia em que assistiu, numa reunião com a presença da Presidente Dilma e do ex-Presidente Lula, ao Sr. Vagner Freitas dizer que cabe a nós brasileiros defender este Governo, com armas na mão, daqueles que não concordarem com ele ou tentarem destituí-lo.



Eu já havia sentido, tido um pressentimento de que essa seria uma maneira inadequada de alguém fazer uma manifestação dessas, aplaudida pela Presidente da República e pelo ex-Presidente da República. Ficou mais grave ainda quando, ao passar os dias dessa manifestação, nós descobrimos que esse não era só um pelego Presidente da CUT, mas também um funcionário deste Governo — pasmem! Fazia parte do Conselho do BNDES e recebia dinheiro deste Governo para ameaçar os brasileiros com arma!

Se este Governo tiver o mínimo, o mínimo de respeito com os brasileiros, o mínimo de vergonha, demite esse Sr. Vagner Freitas na hora. Mas, antes disso, esta Comissão precisa fazer a sua parte e convocá-lo para saber qual tipo de estímulo ele teve — se foi o estímulo partidário, o pedido de quem o empregou para ameaçar com arma ou se foi simplesmente para defender o seu emprego. E é por isso que quero convocar esse cidadão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa., Deputado Caio Narcio.

Para falar contra o requerimento, passo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, primeiro, eu quero aqui ressaltar a conduta correta de V.Exa. Não é fácil presidir uma CPI. É evidente que o fato determinado da CPI é o que menos importa. O que está por trás da tentativa de fazer algum *link* com o fato determinado é a temperatura política de quem é Governo e de quem é Oposição.

Por isso, quero aqui destacar a conduta correta de V.Exa., respeitando o Regimento desta Casa, respeitando os princípios da democracia, numa conduta correta, a favor do bem do País e das investigações.

Segundo, quero aqui dizer que os argumentos colocados pelo autor do requerimento para convocar o Presidente da CUT, representante eleito democraticamente pelos trabalhadores, não sustentam a convocação, até porque várias outras centrais têm um rodízio de representação no conselho.

Quem conhece o sistema de governança do BNDES sabe que o conselho — nós ouvimos aqui vários diretores e técnicos — tem todo o critério de enquadramento, ou seja, não tem nenhuma influência. Portanto, eu acho que é mais



uma perseguição a uma liderança dos trabalhadores, que representa uma central e acredita no projeto do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma.

Então, também não cabe o pedido do Deputado à Presidenta Dilma para demiti-lo, porque ele não é funcionário do Governo. Ele representa uma central no conselho. E mais: se ele preside, é porque foi eleito democraticamente pelos trabalhadores. Então, eu acho que isso é muita perseguição a uma liderança popular deste País, está fora do fato determinado da CPI. Eu quero pedir atenção aos pares. Senão, nós vamos ter que convocar todas as outras centrais de todas as matrizes ideológicas que representam diversos partidos políticos. Portanto, nós não devemos levar a CPI nesta direção. V.Exa. a está conduzindo com muita competência e eficiência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Reginaldo Lopes, a gentileza de suas palavras.

Passo a palavra ao Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, nós sabemos da dificuldade que é conduzir uma CPI, principalmente no que diz respeito aos trabalhos do Presidente e do Relator, ainda mais uma CPI que é aquecida pela questão política. É uma Comissão formada por políticos, mas que não pode ser política. V.Exa. vem conduzindo os trabalhos com bastante serenidade, correção e principalmente respeito ao Regimento desta Casa. Aqui todos são iguais, mas ninguém é maior do que o Regimento.

Então, eu não poderia, depois de ver cenas aqui de Parlamentares querendo diminuir a sua pessoa, como Deputado, como Presidente, escutar calado sem enaltecer o seu trabalho. Vencer é bom; perder, ninguém quer. Mas, mesmo aqueles que perdem, devem ter a grandeza de reconhecer a sua decisão. A condução de V.Exa. se dá de forma altamente democrática. Que seja preservada até o fim. Todos aqui são iguais, mas menores que o Regimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa. também pela gentileza.

Peço a abertura do painel para a votação nominal.



Está iniciada a votação.

Pedido de inclusão extrapauta do Requerimento nº 214, de 2015, para a convocação do Sr. Vagner Freitas de Moraes. Peço às Sras. e aos Srs. Parlamentares que possam proceder ao seu voto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. Sei que já se iniciou a votação, mas existe uma representação sindical no Conselho do BNDES. Na representação, também participa a Força Sindical.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sempre existiu, diga-se de passagem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sempre existiu o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A representação sindical.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sempre, em vários governos. Não é do Governo do PT, é anterior a isso.

Então, nós gostaríamos de solicitar aqui o adiamento dessa votação, até porque, Sr. Presidente, nós gostaríamos que fossem convocados os vários representantes de entidades sindicais junto ao BNDES. Isso seria uma forma de vermos a prestação de contas desses vários representantes.

Por isso, nós gostaríamos de solicitar aos nossos colegas do PSDB a possibilidade de adiarmos a votação desse requerimento para uma próxima sessão deliberativa, onde possamos resolver esse problema. Nós nos oporemos, logicamente, votaremos contrário, caso seja convocado apenas o representante da CUT. Mas existem outros representantes sindicais e seria muito enriquecedor a esta Comissão ouvi-los também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos neste momento deliberando o requerimento de inclusão extrapauta. Nós não podemos fazer neste



momento nenhum tipo de alteração. Uma vez aprovada a inclusão extrapauta, aí nós podemos construir o posicionamento e o ideal de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Caio Narcio, como autor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, como autor, eu vejo com muita serenidade a proposição do Deputado Carlos Zarattini. Inclusive me proponho a votar como acordo, se ele quiser e assim cumprir, a inclusão dos outros nomes de representantes sindicais, sejam da Força Sindical ou de quem mais ele achar importante. Faço o compromisso inclusive de votar dentro desse requerimento, se ele quiser ainda hoje. Só não vejo motivo claro para postergarmos mais ainda.

Lembro que esse requerimento foi pedido há 2 meses. Foi retirado de pauta duas vezes, inclusive hoje, que estava na pauta e não houve acordo. Se eu não tivesse feito o requerimento para inclusão extrapauta, não estaria em pauta de novo. Então, eu digo o seguinte: estou pronto para fazer a votação.

Acho as ponderações do Deputado Carlos Zarattini serenas, importantes para a discussão e me comprometo a fazer um adendo no meu requerimento para convocarmos em conjunto inclusive os outros membros.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, se houver acordo de sua pessoa em que haja o adendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas neste momento nós não podemos fazer adendo nenhum ao requerimento. Nós estamos discutindo a inclusão extrapauta do requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu sei, eu sei. Mas isso vai definir o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Uma vez incluído na pauta...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas isso vai definir o meu voto, Sr. Presidente. Vamos supor que seja aprovada aqui a inclusão. Eu gostaria de indagar se é possível, na votação, fazer um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É possível, desde que haja concordância do autor.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É possível.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Deputado Caio Narcio, V.Exa. concorda?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Deputado Carlos Zarattini, faço o acordo aqui de público. Se V.Exa. e o seu partido obviamente votarem pela aprovação deste requerimento agora, faço o compromisso de público aqui que, na hora da votação do meu requerimento, colocarei o adendo convocando os outros representantes sindicais.

Se V.Exa. e o seu partido votarem contra, não há mais acordo com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exas. precisam concordar num ponto: nos nomes. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, por favor, isso está impertinente neste momento. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eles estão definindo a votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Já houve a sinalização do acordo por parte do Deputado Caio Narcio. Nós estamos perdendo muito tempo com esse tipo de questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas V.Exas. estão assumindo um compromisso de forma genérica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Claro, pronto. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É bom que V.Exas. se atenham com relação a isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vamos votar. Vamos avançar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Todos já votaram? Vou proclamar o resultado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Calma. Não votei. Há Deputado que saiu daqui, Sr. Presidente. Calma.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Todos votaram? *(Pausa.)*

O Deputado Marcelo Squassoni está com problema no terminal dele.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Agente um pouquinho, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Vamos votar “não”. Vamos manter o voto “não”. Infelizmente aqui, na nossa bancada, não houve acordo com essa proposta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Estamos perdendo tempo.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Não, perdendo tempo, não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eles propõem um acordo e não cumprem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Todos já votaram?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu não. Espere, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Deputado Carlos Zarattini foi derrotado na bancada. Vamos em frente, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Calma, mas eu não votei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Goulart e Deputado Carlos Zarattini.

(Pausa prolongada.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Lembro aos pares que ainda votam que este é o mesmo cidadão que ameaçou os brasileiros a saírem com armas para defender este Governo — funcionário do Governo, Conselheiro do BNDES.

Nós não vamos ouvir essa pessoa. Pensem quando votarem “não”. Ou seja, estão dizendo ao Brasil que não importa ouvir um Conselheiro que ameaça os brasileiros com arma — funcionário do Governo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Proclamação do resultado, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria, antes de V.Exa. entrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Rejeitado o Requerimento de nº 214, de 2015, de autoria dos Srs. Caio Narcio e Betinho Gomes, que solicitava inclusão extrapauta.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria ponderar com V.Exa. três questões brevemente. São 11h30min. Esta audiência, esta sessão



estava marcada para as 9h30min. Nós estamos há 2 horas e estamos iniciando agora a pauta.

Eu acho que a Mesa, V.Exa. e todos nós deveríamos ponderar um pouco isso. Na minha opinião — e respeito quem pense diferente —, esta CPI está quase de portas fechadas, na prática. Neste ritmo de questões de ordem, de polêmica, de encaminhamento, de procrastinações, nós não vamos chegar muito longe, mas enfim.

Primeiro, eu queria perguntar exatamente sobre a questão de ordem que já foi... Eu não entendi, apenas um esclarecimento. O art. 52, § 5º, do Regimento Interno, estabelece que um terço dos membros pode apresentar requerimento extrapauta e não se reporta à questão da titularidade e da suplência.

Eu já presidi CPI, outros Deputados aqui já presidiram, nós temos aqui ex-Ministro, pessoas de um naipe, Deputados com experiência. V.Exa., na minha opinião, não pode acordar um procedimento que agrida o Regimento. V.Exa. pode acordar um procedimento desde que não fira o ordenamento regimental, está certo?

Então, eu pergunto se V.Exa. — se eu bem entendi — não aceita suplentes assinando requerimentos extrapauta. Se eu bem entendi. Então, por favor, eu gostaria dessa explicação de V.Exa. sobre isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu estou no meio da questão de ordem.

Quanto à questão que V.Exa. admite na Comissão de Constituição e Justiça, eu não tenho ainda uma posição conclusiva sobre isso. É preciso saber se há alguma súmula, alguma questão de ordem que produza uma jurisprudência formal na Casa — isso é regra no Direito —, na qual V.Exa. possa estar se ancorando. E assim, absolutamente à vontade, V.Exa. teria razão.

Se não houver, eu faço um apelo para que V.Exa. estude melhor essa questão e nos traga uma posição na próxima reunião, para que possamos ter um parâmetro do que fazer aqui. Eu tenho pouca experiência, estou no meu segundo mandato, mas nunca vi a possibilidade de suplente ser votado. E V.Exa. já sinalizou que não é isso. Eu gostaria de acolher...



Segundo, eu gostaria de perguntar a V.Exa. e ao Relator se as assessorias que foram solicitadas — e eu já sei que algumas foram, porque eu já estive com um rapaz da CGU, do Tribunal de Contas da União e parece que há, também, da Polícia Federal — já estão à disposição. Nós já estamos com tempo avançado, já temos mais de 1 mês de funcionamento desta CPI.

Essas matérias são muito técnicas. Eu gostaria de saber de V.Exa. ou do Relator, enfim, se os órgãos que foram solicitados o fizeram. E, se não o fizeram, eu gostaria de propor que os façam de forma coercitiva. Porque, há mais de 1 mês de trabalho desta CPI pelo menos — entre aspas, no meu entendimento —, nós não conseguimos ainda produzir “muita coisa”. Essa é a segunda questão.

Terceira, por último. Eu pergunto: a admissibilidade do requerimento extrapauta, por exemplo, do Presidente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só um instantinho. Eu só vou concluir a minha terceira. Foi aqui prejudicado, por exemplo, o do ex-Presidente Lula. E eu pergunto isso, porque o Deputado Edio Lopes, na sua defesa contrária ao requerimento, disse que até admitiria a convocação, ou convite, melhor dizendo, na condição de testemunha, ao Presidente Lula, mais para frente, salvo melhor juízo.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Se fato inequívoco for trazido aqui pela Oposição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois é, mas, se o Deputado Edio Lopes admite hoje que ele aceitaria se fato relevante pudesse, é porque há alguma coisa, pelo menos, próxima desse fato relevante.

Eu pergunto se esse requerimento extrapauta, derrotado como foi hoje, prejudica outros requerimentos, porque há um requerimento meu já originário da convocação, do convite ao Presidente Lula, nesta Comissão.

São as três questões que eu gostaria, brevemente, que V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao Relator, só para que ele possa responder a indagação do Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, eu quero a minha inscrição ainda nessa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A palavra está com o Relator. Já concedo a palavra a V.Exas. Concedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu quero aqui lamentar, Sr. Presidente, o descaso que o Banco do Brasil está tendo com esta Casa. Foram solicitados dois funcionários do Banco do Brasil para auxiliar os trabalhos desta Comissão, e o Banco do Brasil, até o momento, não se dignou a responder a nossa solicitação, que é constitucional.

O Banco do Brasil tem a obrigação constitucional de enviar os dois funcionários solicitados por esta CPI, o que até o momento não fez, por desconsideração, desrespeito. Considero isso um desrespeito a esta CPI. Também falta a esta CPI o funcionário do Banco Central que da mesma forma não foi enviado e o da Receita Federal.

Portanto, eu quero aqui, nesta oportunidade, requerer ao Sr. Presidente, que faça, na Justiça, a requisição desse funcionário do Banco do Brasil para que o banco respeite a Comissão e respeite esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós já demos um ultimato ontem a todas as instituições, Deputado Arnaldo Jordy — todas essas reclamadas pelo Relator. Eu, pessoalmente, ontem me envolvi nessa questão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria só secundar o Relator, ratificando o que ele disse. V.Exa. já ultimou essas três instituições. E, se não o fizerem num prazo brevíssimo, de 72 horas, que V.Exa. recorra judicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos encontrar o mecanismo legal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É uma prerrogativa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, o que nos motivou naquela questão que V.Exa. acatou é... Veja bem, eu quero só ver se um raciocínio...

Por que V.Exa. não me deixa falar? Só fala quando V.Exa. quer. Deixe-me falar. Eu quero colaborar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu já respondi ao Deputado Betinho Gomes, mas eu vou responder novamente a V.Exa., depois do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Veja bem, Deputado Arnaldo Jordy. O Regimento fala de membros, o que foi citado aqui. Agora, o suplente só assume na ausência do titular. Então, se a representação dos titulares do bloco a qual qualquer Deputado pertence está completa, o suplente não está exercendo o papel de membro. Ele continua como suplente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas se o titular tiver...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Se o titular não tiver...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não foi isso que aconteceu no requerimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Por isso eu pedi a verificação.

A segunda questão, para concluir...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Deputado Arnaldo Jordy, a segunda questão: se um colega assinou o requerimento e não está presente, aquela assinatura também não tem validade, porque se reportam as assinaturas na sessão aos presentes na sessão. Então...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Qual é o artigo do Regimento?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O art. 52. *“A Comissão poderá, mediante requerimento de um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva composição plenária...”* Ou seja, da composição que está em plenário. Se o titular assinou em outro momento, fora daqui, e não está presente aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Se o suplente assinou...



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Se o suplente assinou, conta a assinatura do suplente. Por isso eu pedi a verificação que foi feita. No primeiro requerimento, não houve assinatura suficiente; no segundo, houve.

Então, eu só estou pedindo que se cumpra esse critério e não seja um mero abaixo-assinado. Não é um abaixo-assinado que nós estamos entregando. São assinaturas qualificadas de titulares presentes ou de suplentes que estejam ocupando vagas de titulares do seu respectivo bloco.

Eu entendo dessa forma o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Carlos Zarattini foi extremamente didático na posição e eu comungo da posição dele.

No primeiro requerimento, Deputado Arnaldo Jordy, vou explicar a V.Exa. o que aconteceu. Primeiro, nós não temos 54 integrantes na Comissão; nós temos 27 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. No primeiro requerimento, existia uma assinatura de um titular da CPI que não registrou presença no plenário. Por isso nós não contamos e não contabilizamos a assinatura dele.

No primeiro momento, nós aqui editamos uma política de respeitar a deliberação, por parte do Plenário, com a presença dos autores. E foi isso que eu segui, com o agravante de que o Robson, pela experiência que tem, pelo conhecimento de trabalho e de ações, em CPIs, nesta Casa, orientou o Presidente a seguir a jurisprudência já concebida pela Comissão de Constituição e Justiça. Foram esses dois posicionamentos que eu adotei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perdoe-me Sr. Presidente. Perdoe-me V.Exa. Perdoe-me o assessor. Jurisprudência, nesta Casa, tem que estar sumulada em questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou apresentar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Fora disso, não existe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos fundamentar, por escrito, a V.Exa. e ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Nós podemos apresentar aqui... V.Exa. pode adotar, por exemplo, o procedimento aqui de que, se não houver quórum na primeira meia hora da data da convocação, V.Exa. a suspenderá.



Se isso for acordado por todos, ninguém questionará o Regimento sobre isso. Exemplo: V.Exa. pode adotar por concordância, ou seja, ninguém vai arguir o contrário. Agora, questões que geram... Isso é um procedimento, não é obrigado para nenhuma outra Comissão. Isso é uma questão interna de procedimento.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Agora, questões de jurisprudência têm que estar sumuladas em questões de ordem. Só isso.

Se não estiverem, elas não têm validade, elas não podem agredir o Regimento. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós aprovamos aqui um acordo de procedimento na nossa primeira reunião. Lá no acordo de procedimentos está escrito que nós só vamos deliberar requerimentos com a presença do autor. Está no tempo que nós fizemos.

Então, eu estou seguindo o princípio do início desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não tenho nada contra a convocação de A, de B ou de C. Eu não estou aqui para proteger, Deputado Arnaldo Jordy, nem A, nem B, nem C.

Tanto que eu impugnei o primeiro requerimento e acatei o segundo de convocação do Presidente da República. Então, vejam que eu não estou usando dois pesos e duas medidas; eu estou usando só um peso e só uma medida e gostaria da compreensão de V.Exas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - V.Exa. não ouviu, de minha parte, nenhuma ilação de que V.Exa. esteja sendo parcial. Eu quero só entender a regra do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É essa regra aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Porque se o titular que subscreveu, mesmo fora, não estiver presente e o seu suplente estiver, ele ocupa a vaga porque esse é o procedimento ordinário adotado em todas as Comissões.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Aliás, regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas nem se nós contássemos um suplente no primeiro requerimento, nós não teríamos número para



aprovação. É isso que eu estou dizendo a V.Exas. Não teria, Deputado Betinho Gomes, não teria.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente Marcos Rotta...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu só queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Antes de ouvir V.Exa., vou conceder a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, pode dizer quais as assinaturas que não teriam validade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou pedir a V.Exas. que possamos entrar verdadeiramente na deliberação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente Marcos Rotta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Edio Lopes; na sequência, o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, em alguns momentos eu até divergi do encaminhamento de V.Exa., por discordância na interpretação do momento. Talvez, isso me autorize muito mais a elogiar a postura de V.Exa. neste momento.

V.Exa. tem conduzido esta Comissão de maneira correta, de maneira firme e imparcial e deve ser assim mesmo a postura de um Presidente. Eu, Sr. Presidente, já participei de CPI nesta Casa em que assessores do Presidente da CPI nos procuravam 2, 3 dias depois para assinar documentos como se nós lá estivéssemos.

Então, há CPIs e CPIs nesta Casa. V.Exa. está conduzindo de maneira correta, em absoluta observância ao Regimento. É fato que tenhamos aqui divergência de interpretação da cena do momento ou, até mesmo, da letra fria do Regimento, mas isso faz parte desta Casa, que é uma Casa de ebulição política.

Portanto, eu creio que, ao fazer essa observação, empresto a V.Exa. total e irrestrito apoio na condução dos trabalhos desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, penhoradamente, a gentileza das palavras de V.Exa., Deputado Edio Lopes.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, V.Exa. tem conduzido os trabalhos desta Comissão com um equilíbrio e uma imparcialidade que



temos todos que aplaudir. Dentro desse prisma é que eu quero pedir a V.Exa. que tenhamos o viés da pauta.

Eu apresentei um requerimento pedindo a inversão do item 9 e gostaria que, com essa firmeza, com esse equilíbrio e com essa presteza, V.Exa. o submetesse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. a forma sempre educada e muito equilibrada que se posiciona nesta Casa.

Eu vou atender ao Deputado Paulo Magalhães. Há um requerimento de inversão da ordem dos trabalhos da Comissão, que requer, nos termos do art. 50, § 1º do Regimento Interno, inversão da ordem dos trabalhos para deliberar sobre o Requerimento nº 250, de 2015, item 9 da pauta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Já terminou a extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já.

Passo a dar ciência a V.Exas. dos requerimentos.

Requerimento nº 250, de 2015, do Sr. José Rocha, que requer seja convocado o Sr. Abilio dos Santos Diniz, Presidente do Conselho de Administração da BRF Brasil, para que preste esclarecimentos sobre as relações contratuais mantidas entre a sociedade que dirige e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Coloco em votação o requerimento de autoria do Deputado Paulo Magalhães, que requer inversão da ordem dos trabalhos da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de inversão da ordem dos trabalhos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Sr. Presidente, o Deputado Heuler Cruvinel gostaria de subscrever esse requerimento junto com o Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não é à toa que V.Exa. sentou ao lado do brilhante Deputado Paulo Magalhães.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Da mesma forma, existe um requerimento do Deputado Adail Carneiro, que requer, nos termos do art. 117, *caput*,



c/c o art. 50, inciso III de seu § 1º do Regimento Interno, requeremos a inversão da pauta para a proposição item 3 da pauta.

Dou ciência a V.Exas. do Requerimento nº 114. Há três requerimentos.

Requerimento nº 114, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, que requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Sr. Ricardo dos Santos Guedes.

As Sras. e Srs. Deputados que aprovam...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quem está pedindo inversão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Adail Carneiro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento de inversão da pauta, item 3, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há requerimento de igual teor, do Deputado Adail Carneiro, que requer, nos termos do art. 50, § 1º, do Regimento Interno, inversão da ordem dos trabalhos, para deliberar sobre o item 11 da pauta.

Requerimento nº 260, de 2015, do Sr. Adail Carneiro, que requer à Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES cópia, em meio eletrônico, da relação de todas as obras financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e demais documentos afins, no período de 2003 a 2015.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento de inversão de pauta, de autoria do Deputado Adail Carneiro, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de inversão de pauta, do Deputado Adail Carneiro, que requer inversão da pauta de trabalhos, para deliberar sobre o item 12 da pauta.

O item 12 é o Requerimento nº 261, de 2015, do Sr. Adail Carneiro, que requer à Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES cópias em meio eletrônico, de modo pesquisável, de todos os contratos de financiamento e respectivos aditivos para exportação de serviços de engenharia



firmados com as empreiteiras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Norberto Odebrecht e OAS, entre os anos de 2003 e 2015.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Qual é o item da pauta que S.Exa. está pedindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Item 12.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós vamos deliberar. Isto aqui é uma Comissão. Isso já foi pedido.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria só saber do Deputado Adail Carneiro a razão de todas essas inversões simultâneas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Esse requerimento já foi solicitado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu vou votar a favor. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao autor.

O SR. DEPUTADO ADAIL CARNEIRO - Há necessidade de eu me ausentar desta reunião. Por conta disso, eu pedi a antecipação. É só juntada de documentos de que estamos precisando. Eu acho que isso é absolutamente normal.

Por isso, eu precisava contar com a colaboração de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação o requerimento de inversão de pauta do Deputado Adail Carneiro.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho, nós vamos entrar em processo de votação agora. Eu acho que nós poderíamos fazer um esforço concentrado para ver até aonde podemos avançar na deliberação da pauta de hoje.

Como houve inversão de pauta, o primeiro item da pauta passa a ser o Requerimento nº 250, de 2015, do Sr. José Rocha, que requer seja convocado o Sr.



Abilio dos Santos Diniz, Presidente do Conselho de Administração da BRF Brasil, para que preste esclarecimentos sobre as relações contratuais mantidas entre a sociedade que dirige e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso requerimento é para que o Grupo BRF Brasil possa prestar aqui os esclarecimentos em relação aos recursos que foram captados junto ao BNDES para que essa empresa pudesse alavancar os seus negócios, os seus empreendimentos.

Então, nesse sentido, foi colocado o nosso requerimento para deliberação nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente, nada contra as diretrizes do nosso Relator, porém nós estamos falando aqui de uma empresa que há anos vem representando o nosso País, inclusive internacionalmente. E a pessoa ser convocada, até onde conhecemos — se houver alguma denúncia, eu quero ter conhecimento —, é proba, tem uma história de vida de batalha, de trabalho, de luta.

Então, eu acho que, até que tenhamos um fato concreto, trazer uma empresa privada de capital aberto aqui... Por ser empresa privada de capital aberto, na hora em que vier convocado o dono, como é o Dr. Abilio, começam as despencar as ações. Quando falo das ações, refiro-me àquele trabalhador que passa o mês todo trabalhando, para, no fim do mês, pegar um pouquinho do seu dinheiro e comprar uma ação. Conseqüentemente, o prejuízo não é do grande, é do menor, do minoritário, do acionista, que investe o seu dinheiro suado e acaba por ter essa perda financeira.

Então, no meu ponto de vista, eu não vejo razões suficientes. O Relator pode até nos mostrar, mas não vejo razões para convocar o Sr. Abilio a esta CPI. Digo logo que não tenho procuração de defesa de ninguém. Não o conheço, mas, pela sua história, pela trajetória de vida, não vejo motivos cabais para trazê-lo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, eu gostaria somente de esclarecer que, para nós, fica extremamente incoerente não chamarmos o principal grupo beneficiário do BNDES — o Grupo JBS — e aqui chamarmos um grupo infimamente menor em termos de busca de recursos, de financiamento, que não tem na composição o montante acionário como o JBS.

Então, realmente, eu gostaria de ser contra o nobre Relator nesse sentido, já me posicionando, por entender que as palavras do nobre colega Deputado André Fufuca realmente são sensíveis. Se nós temos uma atitude coerente, devemos convocar à CPI todas as empresas que são sensíveis ao mercado. Todas as empresas de capital aberto são sensíveis a esse tipo de informação, a esse tipo de requisição.

Então, eu realmente gostaria de fazer esse apelo aos colegas. Se nós concordamos em convocar aqui a BRF, devemos concordar em convocar todas as outras empresas, principalmente no que se refere à proteína animal.

O Sr. Abilio Diniz, que eu não conheço e com quem não tive relação ou contato, obviamente, hoje é Presidente do Conselho da BRF, mas é um recente acionista da companhia. Eu acredito que a empresa possa disponibilizar as informações. Eu concordo com o Deputado Arnaldo Jordy e queria colocar que, se devemos chamar um, devemos chamar todos, para que possam aqui prestar esclarecimentos, principalmente os que têm recursos substanciais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que é o motivo da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Lembro a V.Exas. que estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu quero ouvir todos os que querem se manifestar, mas peço a brevidade de V.Exas., porque, como já é sabido por todos, a Ordem do Dia está na iminência de começar.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães.



O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz questão de pedir a inversão da pauta em função da convocação do eminente Deputado, meu conterrâneo e brilhante Parlamentar, José Rocha, que, tenho certeza, apresentou esse requerimento com a melhor das intenções.

Na minha visão, não podemos convocar um homem da expressão de Abilio Diniz sem nenhum fato determinado. Trata-se de um homem que tem, no Brasil, uma história de seriedade, de hombridade, de honestidade. Vamos convocá-lo para prestar depoimento, para esclarecer o quê? Porque a empresa dele tomou recurso no BNDES? O BNDES está aí para isto: para emprestar, para fomentar o desenvolvimento, para melhorar a qualidade de vida do povo. É nessa vertente que eu venho apelar para os meus pares. Uma empresa de capital aberto não pode ficar se expondo a vir depor, a vir prestar esclarecimentos numa Comissão como a nossa.

Seguindo essa premissa, vamos acabar saindo deste plenário e convocando Magazine Luiza, Gerdau, Casas Bahia, Insinuante, Ricardo Eletro, GBarbosa, Ford, Hyundai, Café Maratá. Todas essas empresas têm operações com o BNDES.

E não é justo nem certo que esta Comissão, que está aqui para prestar esclarecimentos ao Brasil, convoque uma figura que nada tem a ver com qualquer dessas insinuações que se faz aí. Pelo contrário, tem, sim, as suas operações correndo em dia no BNDES e nos outros bancos que opera.

Quero também, Sr. Presidente, dizer aos meus pares que não tenho nenhuma relação de amizade com o Sr. Abilio Diniz. Faço isso como brasileiro e para zelar pelo andamento dos trabalhos desta Comissão, que V.Exa. dirige brilhantemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sou eu que agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Fabio Garcia; na sequência, o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, eu acredito que esta Comissão requer de todos nós uma grande responsabilidade no momento em que aqui convocamos uma empresa representada, seja por seu acionista, seja por seu Diretor-Presidente, ou Diretores, uma empresa a esta CPI, porque, óbvio, uma convocação desta, a olhos do mercado e de quem está fora da CPI, pode passar a



impressão de que existem fatos contundentes com relação a transações dessas empresas com o BNDES, fatos estes que podem impactar no andamento dos negócios dessa empresa, causando prejuízos não só econômicos à empresa, mas econômicos ao Brasil, aos seus trabalhadores, aos seus funcionários.

Então, as nossas convocações aqui, elas devem ser pautadas de fatos contundentes, de fatos consolidados, com responsabilidade, porque este é o objetivo desta CPI. Não simplesmente elencar empresas que tenham financiamento com o BNDES — aí são quase todas as empresas no Brasil que têm financiamento com o BNDES, porque é o único banco no Brasil que, de fato, pode financiar no longo prazo —, mas estaremos aqui, então, convocando todas as empresas do Brasil, causando talvez um constrangimento muito grande a muitas empresas.

Então, é importante que haja fatos sólidos, consolidados, para que possamos fazer essas convocações. E se houver, Sr. Presidente, eu acredito que nós devemos começar pelas maiores, pelas que têm mais transações com o BNDES. E vamos naquelas que tenham um conjunto de financiamento maior do BNDES, que talvez tenham sido mais beneficiadas pelo BNDES. Precisamos estabelecer algum critério.

Então, eu falo aqui em defesa, na verdade, do setor econômico brasileiro, para que possamos ter, neste País, uma segurança jurídica, uma segurança econômica para essas empresas e para que possamos disciplinar de alguma forma essas convocações.

Então, quero já me manifestar contrário e também quero ressaltar que eu não tenho relação nenhuma com o Sr. Abilio Diniz nem com o grupo que ele preside. É simplesmente uma posição minha com relação a...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Fabio.

Passo a palavra ao Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu quero dizer ao Deputado Fábio Garcia que não há nenhuma irresponsabilidade em nenhum requerimento nesta Comissão feito nem por mim nem por qualquer outro Sr. Deputado. Eu acho que o Sr. Fábio Garcia pode medir melhor as suas palavras em relação à sua justificativa em relação ao seu voto contrário a esta convocação.



Esta convocação, Sr. Deputado Fábio Garcia, se deu em função de um acordo administrativo entre os membros diretivos desta Comissão que decidiram elaborar uma pauta no sentido de trazer aqui as campeãs de financiamento junto ao BNDES. Entre elas, estaria essa empresa.

Portanto, não há nenhuma irresponsabilidade. Peço que V.Exa. retire essa palavra.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Não, eu não disse a palavra “irresponsabilidade”, eu disse que nós devemos ter responsabilidade. Eu não disse que existia aqui uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas. pela elegância.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Então, eu agradeço a V.Exa. por ter retirado então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu acho que não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Se V.Exa. ratificou o que disse, eu ratifico o que disse. Não existe nenhuma irresponsabilidade muito menos deste Relator e de nenhum Sr. Deputado que está aqui para apresentar os requerimentos que bem entenderem que devam ser apresentados.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - V.Exa. me desculpe, mas eu não vou perder tempo nesta CPI...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - V.Exa. não pode ficar aqui censurando nenhum requerimento de nenhum Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a V.Exas. que possamos avançar na pauta.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Sr. Presidente, só respondendo: eu não vou perder tempo batendo boca sobre essa questão infrutífera com o nobre Relator, até pelo respeito que eu tenho por ele. Não vou perder meu tempo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu acho que não é uma questão de responsabilidade ou irresponsabilidade, mas um problema de coerência.

Eu quero, antecipadamente, dizer que eu não sei quem é Abilio Diniz, nunca estive com esse cidadão, não o conheço, não tenho nenhuma relação de forma alguma. Agora, nós precisamos ter um mínimo de indícios, de evidências, de indicativos, de denúncias, seja da imprensa, seja de alguma coisa, um fato que justifique, diante das centenas de requerimentos e de desejos de ouvir e de avançar na investigação sobre o foco da CPI, aleatoriamente... Eu li o requerimento do nobre Relator, e ele já disse que é a questão das campeãs, mas as campeãs é que têm alguma coisa. Eu acho...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Meu caro, meu caro, eu quero esclarecer. Foi uma decisão do Presidente. Convocar o Sr. Abilio Diniz foi uma decisão do Presidente, deste Relator, do Deputado Zarattini, Vice-Presidente desta Comissão, e de outros Deputados que decidiram convocá-lo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está certo. Eu estou dizendo o seguinte...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Então, não há nenhuma estranheza nisso.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas a Mesa não pode decidir dessa forma.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não, quem decide é o Plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É por isso que eu peço a V.Exa. que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a V.Exas. brevidade para que possamos deliberar, porque nós vamos iniciar a Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu tenho ouvido, pacientemente, alguns debates até estéreis aqui nesta Comissão e espero que eu possa concluir a minha fala, Sr. Presidente.

Então, o que eu acho é que é incoerente... Repito: eu não tenho nada contra, voto a favor. Eu acho incoerente esta Comissão rejeitar a convocação de uma



empresa que talvez justifique a existência desta CPI, que é o Grupo Friboi, da JBS, por uma articulação que foi feita aqui, deliberada e premeditada, para proteger o Grupo JBS da convocação. Esse é um fato que está nas páginas dos jornais e das revistas, na consciência da opinião pública crítica deste País, pelas razões expressivas de evidências de financiamentos privilegiados, e nós recusamos... E vamos convocar agora um grupo que atua no mesmo campo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É só recusar, Deputado. É só recusar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Espera aí! É claro!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O outro foi recusado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É claro. Eu quero só me manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, peço a V.Exa. para finalizar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Relator, não fique nervoso com a minha opinião. O que quero dizer é que o debate é importante, Deputado Carlos Zarattini. O debate não pode ser importante só para ouvir V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, para finalizar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu até estranho, agora com a declaração do Relator, que isso não tenha sido uma articulação — esse requerimento — sua, do Presidente e do Deputado Zarattini. V.Exa. acabou de dizer isso aqui.

Então, eu quero dizer que acho estranho, incoerente nós não convocarmos o Grupo JBS e convocarmos o Sr. Abilio Diniz. Repito: não tenho nada, não conheço, não sei, não tenho nenhuma relação de natureza alguma, uma empresa que não tem nenhuma evidência, nenhum indício, apenas atua no mesmo campo de atividades do Grupo JBS.

Eu quero manifestar essa posição para expressar o meu posicionamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Edio.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu estava aqui inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, V.Exa. não está inscrito não.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Levantei a mão várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio Lopes.

Vamos ter que deliberar. Então, vamos colocar o posicionamento de cada um e de todos e do Plenário através do voto.

Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, nós, uma vez mais, queremos chamar a atenção desta Comissão para generalizações que aqui estamos afeitos a fazê-las. E toda generalização acaba resultando no que nós estamos vendo aqui.

Lá atrás, para os que se lembram, quando se discutiu a necessidade de convocar as campeãs, naquele momento, ninguém se lembrou de que estava um Abilio Diniz entre os tais. E eu concordo com os argumentos de que Abilio Diniz é um empresário de renome internacional e que deveria ser o último dos últimos, se for necessário aqui vir.

Todavia, quando é para se aprovar o foco que este ou aquele quer, generaliza-se e arrasta-se tudo, porque há um objetivo. Não se analisam as circunstâncias que advirão dessa posição. O resultado é este: a Oposição queria trazer as dez campeãs, aprovou, e agora estamos aqui a debater se chama ou se não chama.

Eu quero aqui dizer, sem nenhuma procuração, que é até desnecessária, que a biografia, a respeitabilidade, a forma absolutamente correta de homem do Deputado José Rocha não permitem a mim e nem a ninguém dentro desta Comissão fazer qualquer alusão que venha arranhar o comportamento desse Deputado.

Deputado José Rocha, eu não tenho procuração para defendê-lo, não. E V.Exa. nem precisa disso. Mas eu tenho certeza de que o objetivo e o foco do seu requerimento de convocação não tem outro objetivo, outra motivação que não a que V.Exa. aqui alegou.



Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Deixando de lado a irresponsabilidade ou responsabilidade, causou-me muita estranheza essa convocação ter sido feita pelo Deputado Carlos Zarattini junto com o Deputado José Rocha. O Deputado José Rocha não, porque ele votou a favor da convocação da JBS. Então, não me causou estranheza. Mas o PT, que votou contra a vinda da JBS, articular para chamar o Abilio Diniz? E todo mundo sabe que ele é do ramo do supermercado. Há pouco tempo, comprou algumas ações desse grupo que eu não sei exatamente. Realmente me causou muita estranheza o PT, que foi contra a convocação do JBS, querer trazer aqui o Abilio Diniz. Honestamente, eu acho que o Deputado Carlos Zarattini... Eu acho que o debate é bom, mas ele deveria explicar para esta Comissão o porquê. Se quiser também, se não quiser não precisa explicar. Mas eu acho que causou estranheza a todos nós a não convocação, articulada pelo PT, da JBS e a convocação de Abilio Diniz. Realmente, não dá para entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 250, de 2015, do Sr. José Rocha, que requer seja convocado o Sr. Abilio dos Santos Diniz, Presidente do Conselho de Administração da BRF Brasil, para que preste esclarecimentos sobre as relações contratuais mantidas entre a sociedade que dirige e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos contar os votos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Aprova a convocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Está rejeitada a convocação do Sr. Abilio Diniz.

Comunico a V.Exas. o início da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, eu votei "não".

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, contra o meu voto.



(Não identificado) - Parabéns, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu votei não, contra o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Computado o voto de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Foi rejeitado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Foi rejeitado o requerimento. Foi rejeitado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, meu direito. Eu quero registrar o meu voto favorável ao requerimento. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós só computamos os votos contrários. Aqueles que não foram contrários obviamente foram favoráveis.

Eu quero dividir com V.Exas. um problema de data que nós temos. Nós temos agendado para a próxima terça-feira, às 14 horas, a vinda do Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da Camargo Corrêa, por meio de requerimento de convocação aprovado. Na terça-feira, nós teremos provavelmente a sessão conjunta do Congresso Nacional.

Eu indago a V.Exas. se nós mantemos a pauta já pré-definida de ouvir o Sr. Dalton Avancini, na próxima terça-feira, às 14 horas, ou se nós tentamos fazer uma alteração para quarta-feira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mantém! Mantém!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu acredito no seguinte: todos aqui têm perfeita consciência da importância dessa reunião do Congresso Nacional. Acho que é uma das reuniões mais importantes, para exatamente nós demonstrarmos a visão que este Congresso está tendo do momento político e, principalmente, do momento econômico nacional.

Eu acredito que nós devemos privilegiar a realização da sessão do Congresso. Eu tenho dúvida aqui se é possível a simultaneidade das duas, da CPI e da sessão do Congresso Nacional, mas me parece — independente disso, eu acho que V.Exa. deveria até analisar essa questão — que nós devemos nos concentrar na sessão. Acho que seria muito ruim que algum Deputado deixasse de votar na



sessão do Congresso Nacional, numa situação como a que nós estamos vivendo hoje, de importância econômica e de repercussão que haverá sobre a decisão do Congresso Nacional na próxima terça-feira.

Então, faço um apelo no sentido do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós só conseguimos essa data por conta da deliberação da Justiça. Vejam que ele se encontra em prisão domiciliar.

Nós vamos assumir o compromisso de fazer o seguinte: nós vamos tentar fazer a alteração para quarta-feira. Se nós não conseguirmos, V.Exas. serão comunicados da decisão de que nós haveremos de manter a reunião terça-feira. Eu acho que é o melhor posicionamento.

Nós vamos tentar o contato com a Justiça, para que possamos conseguir outra data. Se não for possível, nós vamos manter essa data.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu acho plausível, eu acho plausível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há acordo nesse sentido?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu acho plausível terça-feira. A sessão do Congresso vai começar às 11 horas, se começar. Dá para fazer a reunião concomitantemente. É só marcar presença lá e voltar para a sessão aqui.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - A reunião hoje, infelizmente, não foi produtiva de modo deliberativo. Teremos outra reunião deliberativa semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Na próxima quinta-feira. Manteremos a pauta.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas quinta-feira já havia uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Quinta-feira, não.



O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - V.Exa. havia nos informado ontem que haveria uma convocação na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Haverá convocação na terça-feira. Na quinta-feira, não há convocação, mas nós podemos acordar isso também, não há problema. É uma sugestão que eu faço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Salvo engano, V.Exa. nos informou que haveria audiência na quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Nós não temos nada agendado para quinta-feira. Somente o Sr. Dalton Avancini na terça-feira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu quero fazer uma ponderação aos colegas, uma ponderação. Nós estamos já com uma série de convocações feitas. Aqui, evidentemente, há uma disputa política. Todo mundo quer falar, todo mundo quer debater. Existem opiniões conflitantes, isso é normal, faz parte da nossa atividade.

Para o bem da CPI, para ela continuar avançando, talvez seja interessante fazermos mais algumas audiências públicas antes de uma nova sessão deliberativa. Se não me engano, há mais 12 convocados ou convidados que poderiam preencher as sessões, para nós andarmos mais uma ou duas semanas. Senão, nós vamos ficar aqui com uma CPI que discute requerimento e que efetivamente não funciona.

Então, há gente para ser ouvida, há convocações aprovadas, eu sugiro que nós caminhemos na pauta de audiências.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Presidente, só quero fazer aqui uma sugestão, obviamente, para análise de V.Exa., do nosso Relator, Deputado José Rocha, e dos demais membros da Comissão.

Nós estamos em uma sessão para deliberarmos a questão de requerimentos e nós sabemos que temos uma pauta na próxima semana, como V.Exa. bem colocou, correndo risco por conta da sessão do Congresso.



Queria sugerir, mesmo com a Ordem do Dia já aberta, se for do entendimento de todos — a Ordem do Dia começou agora, não vai haver votação nominal neste exato momento —, avançarmos em mais um ou dois ou três itens.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Da nossa parte, o.k., eu apoio, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero me opor a essa posição, até porque qualquer um depois pode questionar a legalidade das decisões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se houver consenso aqui...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não há consenso por parte do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não há consenso. Não há consenso. Aí fica difícil.

(Não identificado) - Vamos votar os itens de preferência, pelo menos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não há consenso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não temos mais nada sobre a mesa, somente os requerimentos da pauta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu invoco o requerimento. Não há consenso nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não havendo consenso, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando, a priori, nova reunião para terça-feira, dia 6 de outubro, às 14 horas, em plenário a ser definido, para a oitiva do Sr. Dalton Avancini, ex-Presidente da empresa Camargo Corrêa.

Está encerrada a presente reunião.